

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO
MUNICÍPIO DE LAMEGO**

PRESENCAS

Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às onze horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período da ordem do dia.

ORDEM DO DIA

01-ASSUNTO: MANUTENÇÃO EM FUNCIONAMENTO DOS JARDINS DE INFÂNCIA DE AVÕES, BRITIANDE, CEPÕES, PENAJÓIA, SANDE E VALDIGEM NO ANO LETIVO 2019/2020 (COD. 43)

Presente à reunião a proposta de deliberação, subscrita pelos senhores Vereadores do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e Fernando Silvério Cardoso de Sousa e pelos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, António Pinto Carreira e José Correia da Silva, relativa à manutenção em funcionamento dos Jardins de Infância de Avões, Britiande, Cepões, Penajoia, Sande e Valdigem no ano letivo 2019/2020, do seguinte teor, que a seguir se transcreve na íntegra:

“PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Manutenção em funcionamento dos Jardins de Infância de Avões, Britiande, Cepões, Penajoia, Sande e Valdigem no ano letivo 2019/2020

Considerando que:

1. O tema ora em apreço já foi, por diversas vezes, discutido em reunião da Câmara Municipal de Lamego sem, contudo, ter este órgão deliberado sobre esta matéria;
2. A Carta Educativa carece de uma discussão alargada e de uma profunda atualização, as quais devem ocorrer a montante de qualquer decisão que se venha a tomar acerca da rede escolar;
3. O Plano de Ação Social Escolar e Transporte Escolar para 2019/2020 não tem qualquer referência ao encerramento dos jardins-de-infância, sendo abusivo dizer-se que, ao aprovar este plano, aprovou a Câmara Municipal o encerramento dos jardins-de-infância.
4. O parecer do Conselho Municipal de Educação, emitido sobre esta matéria, é obrigatório mas não vinculativo.
5. A Assembleia Municipal de Lamego se pronunciou, maioritariamente, no sentido de se assegurar o funcionamento dos jardins-de-infância no ano letivo 2019/2020 e nos anos vindouros;
6. Os encarregados de educação foram notificados, na última semana de Julho de 2019, para renovarem as matrículas dos seus filhos nos Centros Escolares de Lamego, em virtude do alegado encerramento dos jardins-de-infância nas freguesias, sem que o Executivo Municipal tenha conhecimento ou sobre este tema deliberado.
7. As populações e os Presidentes das Juntas de Freguesia dos territórios abrangidos já se manifestaram, publicamente, contra o encerramento dos jardins-de-infância;
8. Existe o sério risco de as crianças abrangidas pelo encerramento dos jardins-de-infância não serem inscritas nos Centros Escolares, em virtude da posição assumida pelos Encarregados de Educação, e ficarem por isso arredadas do acesso a um serviço educativo determinante para a promoção do seu sucesso educativo futuro.
9. A manutenção em funcionamento destes equipamentos coletivos contribui para a coesão e a sustentabilidade do território, especificamente das freguesias de Avões, Britiande, Cepões, Penajoia, Sande e Valdigem, porquanto fixam empregos e contribuem decisivamente para que as pessoas não abandonem essas localidades.
10. Até hoje, ainda não foi o executivo informado da decisão de encerramento dos jardins-de-infância, nem por ofício da DGEsTe nem por informação do Presidente da Câmara Municipal de Lamego.
11. A Lei n.º 159/99, de 14 de setembro determina, no n.º 1 do artigo 19.º, que é da competência dos órgãos municipais participar no planeamento e gestão dos equipamentos educativos, visão essa reforçada pela Resolução de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho.

A Câmara Municipal de Lamego determina que:

I. O Município de Lamego assegurará, em articulação com a DGEsTe, o regular funcionamento dos jardins-de-infância de Avões, Britiande, Cepões, Penajoia, Sande e Valdigem no ano lectivo 2019/2020;

II. O Presidente da Câmara Municipal de Lamego comunicará, com efeitos imediatos e no dia de hoje, à DGEsTe a intenção referida na alínea anterior;

III. O Presidente da Câmara Municipal de Lamego dará conhecimento desta deliberação, com efeitos imediatos, aos Agrupamentos Escolares e às Juntas de Freguesia dos territórios em questão;

IV. De todas as comunicações anteriormente referidas sejam remetidas cópias aos Vereadores.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** em defesa da proposta apresentada pelos Vereadores do PSD e da Coligação “Todos Juntos por Lamego” CDS/PP-PPM, da qual é o primeiro subscritor, proferiu a seguinte declaração que a seguir se transcreve:

“Os argumentos aduzidos anteriormente pela maioria dos membros do órgão executivo em várias reuniões onde o tema foi abordado, designadamente na última reunião pública do mês de maio, manifestando uma posição maioritária contra o encerramento; da posição dos membros da Assembleia Municipal na reunião extraordinária de junho que, por larga maioria igualmente se manifestou contra o encerramento-maioria constituída pelos eleitos do PSD, do CDS-PP/PDM e do partido comunista, consubstanciada numa recomendação ao Executivo para o não encerramento; da posição dos pais, encarregados e educação e público em geral, expressas num abaixo-assinado de mais de mil assinaturas; da posição dos autarcas de freguesia genericamente contra; conjugados com os argumentos de que estes equipamentos coletivos contribuem decisivamente para a sustentabilidade dos territórios onde se inserem, contribuem para a atratividade das freguesias na fixação de pessoas, para a diminuição do desemprego e respectiva fixação de emprego de qualidade nas freguesias; atendendo ainda ao facto de haver recursos humanos e materiais disponíveis, mas acima de tudo, atendendo à defesa intransigente dos direitos das crianças dos três aos cinco anos, em que o papel da família é extremamente importante e a quem compete em primeira instância a sua defesa; tendo em conta a posição da especialista Dra. Olga Duarte no Conselho Municipal de Educação de 7 de março último, em que, e passou a citar “enquanto educadora, uma vez que trabalhou 25 anos num jardim-de-infância de aldeia e o trabalho que desempenha atualmente como educadora do centro escolar, não é diferente, as condições físicas e materiais podem ser diferentes, mas não é motivo de um desenvolvimento maior da criança.”

Referiu ainda que a criança tem uma grande capacidade de adaptação, como é o caso das crianças que entram a meio do ano, assim que completam os 3 anos de idade, no

entanto, quando uma criança está doente e os pais residem numa freguesia distante e não tem meios para ir buscar ao jardim infância, faz-nos pensar nas desvantagens da frequência num centro escolar, bem como o tempo despendido na deslocação centro escolar-casa, retirando à família tempo de convívio.

Afirmou que o essencial é o bem-estar das crianças e a confiança que os pais têm na escola.”, sendo que os argumentos desta especialista põem em absoluta crise os argumentos usados pelo presidente da câmara na proposta que fez no Conselho Municipal de Educação para encerrar os Jardins Infantis porque os contradiz em absoluto; considerando ainda, tal como a proposta expressa, que o encerramento aumenta o risco das crianças virem a não frequentar este grau de ensino, considerando, por último o ofício da DGESTE enviado às freguesias em que remete para o Órgão Executivo do Município a responsabilidade da decisão nos termos da lei 159/99, de 24 de junho, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, não poderia o órgão executivo deixar de se pronunciar sobre esta matéria tão importante para o desenvolvimento da criança, para a defesa dos seus interesses e dos interesses dos pais, tão importante para, como referiu, os territórios onde estão inseridos, pelo que considera amplamente justificada a proposta de deliberação que os membros do Executivo votarão certamente como melhor entenderem, salvaguardando também a opinião dos autarcas das freguesias respectivas.”

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** proferiu a seguinte declaração: “Dou como reproduzido as minhas declarações que tenho vindo a proferir ao longo da discussão desta matéria.

Quanto à ata do Conselho Municipal de Educação, e pelas razões aduzidas que antecedem à conclusão para emissão de parecer, permitiriam, a meu ver, uma conclusão diferente. Ou seja, quando se diz que o Conselho Municipal emitiu, por unanimidade, parecer favorável ao encerramento, poderia dizer-se exatamente pelas mesmas razões o contrário. A posição maioritária até é no sentido de se evitar o encerramento, desde logo os senhores Presidente de Junta, mas não diz claramente para se encerrar os jardins-de-infância. O senhor Diretor da Escola Superior refere que aproximar as famílias é muito importante, tal como o Diretor do centro de Emprego.

Penso que, na minha perspetiva e da leitura que faço da ata do Conselho Municipal de Educação não se pronunciou favoravelmente ao encerramento e até diria que há aqui alguma ligeireza pela forma como este assunto foi tratado.

Sou favorável à manutenção dos jardins-de-infância, porque não vislumbro nenhum critério pedagógico concreto, nem nenhum critério que seja fundamento para o encerramento. Já vivemos numa terra tão desertificada e numa região que caminha para a desertificação, pelo que nós todos temos responsabilidades nisso, pelo que, tendo em

conta todas as razões e pelo interesse maioritário das pessoas, da população em geral, do cidadãos, pais e encarregados de educação e porque não quero contribuir ainda mais para essa desertificação, não consigo votar de outra maneira, que não seja votar favoravelmente a presente proposta.”

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** proferiu a seguinte declaração: *“Subscrevi esta proposta elaborada pelo Dr. Ricardo Morgado em nome do PSD, e subscrita por todos os Senhores Vereadores da oposição, porque concordo com o seu conteúdo e traduz as preocupações dos pais, encarregados de educação e Presidentes de Junta afetados por estes eventuais encerramentos.*

Contudo, não posso esquecer as freguesias que viram as suas escolas e jardins-de-infância que eram uma referência pela sua qualidade de ensino encerrados e as suas crianças transferidas para os centros escolares existentes no concelho, estou a lembrar-me, por exemplo, da escola de Várzea de Abrunhais que foi considerada pela Microsoft, como uma das escolas tecnologicamente mais avançadas do mundo e no entanto foi encerrada.

Pergunto-me onde estavam aqueles que na altura tinham responsabilidades políticas de decisão e que por ação ou pelo seu silêncio permitiram o seu encerramento e hoje vêm publicamente tomar posições manifestando a sua preocupação com as crianças destas freguesias onde esta prevista a não manutenção dos seus jardins-de-infância?

Daqui apenas posso concluir que as preocupações com as crianças variam consoante se está no poder ou na oposição e é esta falta de coerência e de aproveitamento político que eu repudio veementemente, mas deixo o juízo destas atitudes para aqueles pais e encarregados de educação que viram as suas escolas encerradas.

Para finalizar quero dizer que votarei favoravelmente esta proposta pelos motivos supra referidos.”

A senhora **Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha** proferiu o seguinte: *“Mantenho tudo o que proferi sobre este assunto em reuniões anteriores. Estive presente na reunião do Conselho Municipal de Educação, onde pude manifestar a minha posição e também onde pude ouvir, pela voz de quem nela participou, nomeadamente os dois diretores dos Agrupamentos de Escolas de Lamego, que são favoráveis ao encerramento dos jardins-de-infância.*

Quanto se invoca a posição de uma educadora que, na minha perspetiva, se trata apenas da sua posição pessoal do que verifica nos Centros Escolares e não diz respeito à questão em particular do encerramento dos jardins-de-infância, porque ela própria votou favoravelmente o encerramento. Pelo que, a meu ver, se trata apenas de uma posição pessoal

Relembro que os senhores Presidentes de Junta, que também marcaram presença nesta reunião do Conselho Municipal de Lamego, manifestaram as suas posições, sendo que os Presidentes de Junta com assento, votaram favoravelmente o encerramento dos jardins-de-infância.

Reafirmo que, a vir a concretizar-se o encerramento dos jardins-de-infância, as escolas estão devidamente preparadas para acolher todas as crianças, no domínio daquilo que são as competências do Município de Lamego, bem como no domínio daquilo que são as competências do Ministério da Educação, estando os Centros Escolares devidamente apetrechados com todos os equipamentos e materiais de apoio necessários, para o seu bom funcionamento e para a qualidade dos serviços prestados, por exemplo: refeições com qualidade, atividades de apoio e animação à família prestadas, bem como o número de salas.

Concluo, dizendo que, não obstante a proposta apresentada, a minha posição em nada se altera.”

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** proferiu a seguinte declaração: *“Esta decisão deveria estar inserida num projeto que existe e que já foi iniciado, exarado na Carta Educativa e que no passado já teve outros episódios, similares a este, quiçá com menos oposição.*

Portanto, penso que poderá haver posições díspares sobre este assunto, no entanto, deveria haver coerência em relação ao mesmo, pelo que mantenho a minha posição que assumi desde o início deste processo e que será no apoio daquilo que foi a recomendação proferida pelo Conselho Municipal de Lamego, independentemente de serem, ou, não especialistas. Pois se fosse necessário um parecer especializado, com certeza que seriam pessoas especializadas a fazê-lo, porém o que foi exigido foi que o conselho consultivo, com uma determinada composição, se pronunciasse, o que foi feito. Não quero minorizar a opinião manifestada por cada um dos elementos do Conselho Municipal pelo facto de serem especialistas na matéria, de serem pais, de serem diretores de escola ou representarem a formação profissional, todos eles têm assento no Conselho o qual foi consultado para emitir parecer, pelo que reitero que não quero minorizar a opinião de nenhum deles, pois todos têm a mesma opinião.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal** proferiu a seguinte declaração: *“As afirmações proferidas pelos senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira e Fernando Silvério Cardoso de Sousa são importantes e curiais, mas só farão sentido se, nas nossas decisões tivermos presente o interesse maioritário das populações. E só faz sentido se as nossas decisões forem tomadas a cobro e indo ao encontro das opiniões manifestadas pelos especialistas, em cada uma das matérias em apreço e, em particular, pelos especialistas em matéria de educação.*

Temos de ser coerentes com as nossas posições, independentemente da posição política que ocupamos, sejamos poder ou oposição. Sendo certo que nós, os sete, estamos todos do mesmo lado, ou seja, somos poder. Este é o órgão Câmara Municipal e que é responsável pelos destinos do Município de Lamego.

A tomada de posição, quanto à continuidade, ou não, dos jardins-de-infância das freguesias de Avões, Britiande, União de Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melcões, Penajoia, Sande e da União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, ocorreu em coerência da posição do Município de Lamego, num processo que se arrasta há anos. Ou seja, a posição do Município de Lamego, neste mandato, foi a continuidade da posição do Município de Lamego no mandato anterior, dando coerência àquilo que foi a posição no ano anterior. Não houve nenhuma tomada de abuso de exercício de poder, por parte do Presidente da Câmara, bem pelo contrário, houve a continuidade e o respeito daquilo que era a decisão do Município quanto a esta matéria.

Foram cumpridos os procedimentos legais, sendo que a competência para definir a continuação dos jardins de infância é da administração central, é do Ministério da Educação, através das suas estruturas desconcentradas, sempre em colaboração e de acordo com aquilo que foi a posição do Ministério da Educação, em anos anteriores, de anuência com a postura do Município, tal como ocorreu no ano passado.

Lembro aos senhores Vereadores que esta matéria de continuação, ou não, dos jardins-de-infância, foi objeto de grande discussão intensa no último ano letivo, de pronúncia do Conselho Municipal de Educação, na Câmara e na Assembleia Municipal, sem que então nenhum dos órgãos executivo ou deliberativo tenha tomada posição em contrário.

Quando este ano de novo se volta a discutir o assunto, tratava-se, apenas, da continuidade de um projeto e de uma tomada de decisão que estava feita. Cada um dos membros do Conselho Municipal de Educação (todos eles especialistas), se pronunciaram expressamente, tal como consta da ata desse órgão e citou: pelo representante das freguesias do município, pelos diretores dos dois Agrupamentos de Escolas, pelas diretoras de cinco estabelecimentos de ensino, pelos representantes do ensino superior, pelo representante do pessoal docente da educação pré-escolar, pelo representante da Associação de Pais, pelo representante das instituições da particularidade social, pelos representantes dos serviços da Segurança Social, pelo representante do Centro de Emprego e pelo representante das Forças de Segurança.

De uma forma inequívoca quero dizer que no jardim-de-infância de Sande foram matriculados, pela primeira vez, 5 crianças, com 5 alunos que já frequentavam, ou seja, no ano passado apenas frequentaram o jardim-de-infância de Sande, 5 crianças, o que perfaz um total de 10 alunos, este ano.

No jardim-de-infância de Avões estão matriculadas 8 crianças, e em S. Geão-Penajoia, está apenas 1 criança matriculada, pela primeira vez, e estavam a frequentar 5 crianças, o que perfaz um total de 6 crianças. Estes são os números exatos recebidos do Agrupamento de Escolas Latino Coelho.

É neste contexto que é tomada esta decisão, sendo certo que a manutenção deste número de alunos, com três turmas a funcionar, nomeadamente no domínio do Agrupamento de Escolas Latino Coelho tem repercussões na distribuição dos restantes alunos pelas turmas definidas pela DGESTE.

Neste momento, a estrutura do Ministério da Educação já tomou posição favorável ao encerramento dos jardins-de-infância, por despacho proferido pela senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, no contexto que se vivia no Município.

A manutenção dos jardins-de-infância em particular de Sande e S. Geão-Penajoia implicaria intervenções profundas nos jardins-de-infância, contrariamente ao que tem vindo a ser propalado, após uma fiscalização efetuada pela instituição responsável pela saúde pública, nomeadamente intervenção na cozinha e na vedação das escolas.

Não foram estas as condições que determinaram a tomada de posição de encerramento, tendo sido apenas e exclusivamente por razões de ordem pedagógica e na defesa do interesse das populações e, muito em particular, pelo interesse das nossas crianças.

Entendo que esta reflexão deveria ser feita de forma imparcial e sem ligeireza e tendo em conta os dois princípios que enumerei no início da minha declaração, que são respeito pelos especialistas de educação com assento no Conselho Municipal de Educação e respeitando os interesses maioritários de todas as populações e não de nichos de populações ou de conjunto de pessoas em particular, pelo que solicito que os senhores Vereadores repensem as suas posições, eventualmente retirando a proposta de deliberação apresentada.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** acrescentou o seguinte: “Compreendo as razões e justificações aduzidas pelo senhor Presidente da Câmara, as quais nunca tinha dado em sede de Executivo.

Acontece que, o que está escrito, está escrito, e o que está escrito em ata do Conselho Municipal de Educação proferido pela senhora Dra. Olga Duarte deveria, a meu ver, ser a opinião mais escutada, por que está na condição de representante do pessoal da docência pré-escolar.

Compreendo também a posição dos dois Diretores dos Agrupamentos de Escolas, que têm uma missão a cumprir, proveniente da administração central, sendo evidente, num processo de encerramento dos jardins-de-infância no país, naquilo que ao interior diz respeito, que esta é apenas mais uma das variáveis que se usam, para um dia destes, se dizer que não vale a pena aqui viver.

Sou frontalmente contra este projeto, sou contra os encerramentos coletivos dos jardins-de-infância, tal como fui no ano passado, mantendo por isso a mesma coerência.

A proposta é para ser mantida, pelo que o senhor Presidente da Câmara terá de dar sequência aos passos que nela estão previstos, pretendendo que a coloque à votação.”

O senhor **Presidente da Câmara** disse ainda o seguinte: “*É um processo que teve discussão na sociedade desde o último ano letivo, poderia ter sido mais elaborado, mas foi quando foi suscitada esta questão.*

Só podemos combater a desertificação de forma eficaz, se formos capazes de definir prioridades e concentrar núcleos urbanos com consistência. A preocupação de tentar manter tudo em funcionamento, como era antes, conduzirá necessariamente a que nada possa existir. Ou seja, ou conseguimos encontrar soluções para ter economia de escala e de dimensão capazes de nos manter em sustentabilidade, ou não vamos a lado nenhum.”

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com quatro votos a favor, dos Vereadores do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e Fernando Silvério Cardoso de Sousa e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego” António Pinto Carreira e José Correia da Silva e três votos contra, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do PS, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva e Ana Catarina Graça da Rocha.

Face ao sentido e alcance da deliberação da Câmara Municipal, o senhor **Presidente da Câmara** sublinhou e informou o Órgão Executivo que iria, de imediato, remeter este assunto aos serviços para que, previamente à sua produção de efeitos, seja elaborada informação técnica/jurídica que analise o impacto e consequências desta decisão, no domínio do enquadramento legal de competências, no respeito e em coerência com as deliberações dos Executivos anteriores, bem como dos instrumentos de gestão educativa aprovados pelo Município de Lamego e que mereceram a aprovação dos outros parceiros da área da educação, tendo em conta todo o desenvolvimento deste processo.

Mais sublinhou e informou o senhor Presidente da Câmara que sejam igualmente avaliados eventuais impactos e consequências no domínio financeiro desta decisão.

Posteriormente, determinar-se-á a eficácia desta deliberação.

02-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

03-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

Presidente

Secretária

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às doze horas e vinte minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária